

OS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO: A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS¹

Celia Regina Otranto²

Toda vez que represento a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em um *fórum* no qual se discute a educação e a formação de professores, costumo, em primeiro lugar, apresentar uma breve caracterização da Instituição. Isso ocorre, por dois motivos principais: o primeiro parte da constatação de que a UFRRJ, por estar situada distante do centro da cidade do Rio de Janeiro é a menos conhecida entre as 4 universidades federais do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo é decorrente do fato das pessoas ainda se surpreenderem quando afirmamos que a Universidade Rural oferece cursos de licenciatura. No imaginário de grande parte da população do Rio de Janeiro, e do Brasil como um todo, a UFRRJ ainda é uma instituição voltada exclusivamente para a agricultura e veterinária. Isso se deve à sua construção histórica, que relataremos de forma breve, a fim de facilitar a compreensão dessa busca de novos caminhos para os cursos de licenciatura, dentro do contexto único e bem diferenciado da Universidade Rural.

1. Caracterização da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

As raízes históricas da UFRRJ remontam ao ano de 1910, quando foi criada a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Apesar de estar determinado no Decreto nº 8319/1910 que ela deveria se instalar na Fazenda Santa Cruz, no município de Itaguaí, a área não foi considerada própria para abrigar as suas instalações. Isso fez com que a ESAMV percorresse toda a sua trajetória de 1910 até 1934, quando foi transformada em Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Medicina Veterinária e Escola Nacional de Química, sofrendo várias mudanças de endereço. Além do Palácio do Duque de Saxe, no Maracanã, local onde foi inaugurada, esteve no Horto Botânico, em Niterói e na Av. Pasteur, na Praia Vermelha. Lutou bravamente por sua sobrevivência e a maior consequência dessa luta é que a Escola, que começou sem ter onde se instalar, terminou, em 1934, como *escola padrão nacional*, modelo para todas as demais que desejassem ter seus diplomas reconhecidos pelo Ministério da Agricultura. Sem dúvida alguma, um alicerce importante na construção histórica da UFRRJ.

¹ In: Souza, Donaldo B. e Ferreira, Rodolfo (orgs.). Bacharel ou Professor? O Processo de Reestruturação dos Cursos de Formação de Professores no Rio de Janeiro. RJ: Quartet, 2000, p. 145-156.

² Professora do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino, do Instituto de Educação, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DTPE/IE/UFRRJ).

As Escolas Nacionais propiciaram a criação e consolidação de novos cursos e serviços. A Instituição crescia e tomava providências para a sua última e definitiva mudança. Seu campus foi finalmente ocupado em 1948, onde se encontra até os dias de hoje. Em 1963 ela passa a denominar-se Universidade Rural do Brasil, agora acrescida das Escolas de Engenharia Florestal; Educação Técnica, que deu origem ao Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas; e de Educação Familiar, que originou o Curso de Licenciatura em Economia Doméstica. Em 1968 recebeu a atual denominação — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A UFRRJ, hoje, tem 5.500 estudantes de graduação e ofereceu, para o concurso de seleção do ano de 2000, 18 cursos responsáveis pela formação de 21 tipos de profissionais. São eles: Administração, Agronomia, Ciências Agrícolas, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Economia Doméstica, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Alimentação, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Física, Geologia, Matemática, Medicina Veterinária, Química e Zootecnia. Na pós-graduação há 700 estudantes em 18 programas de mestrado e doutorado. O quadro permanente da Universidade é composto por 555 professores, dos quais 537 trabalham em regime de Dedicção Exclusiva.

Seu belíssimo campus ocupa uma área de 3.024 hectares, num conjunto arquitetônico com 131.346 m² de área construída e está localizado no Km 7 da Rodovia BR 465 (Km 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo), no município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro, distante cerca de 70 Km do centro do Rio de Janeiro. O nome *Seropédica* significa "lugar onde se faz, ou onde se trata da seda" e denomina a cidade criada no local onde foi instalado o primeiro estabelecimento voltado para a criação do bicho-da-seda em escala industrial, na então *Província do Rio de Janeiro* (Fróes, 2000).

2. A Educação na UFRRJ

Como se pode inferir deste breve histórico, a surpresa de algumas pessoas ao constatar que a UFRRJ também oferece cursos voltados para a área educacional, pode ser decorrente da tradição da Instituição em Agronomia e Veterinária e de sua vinculação ao Ministério da Agricultura até o ano de 1967, quando, finalmente, é transferida para o Ministério da Educação. Sua trajetória de vida fez com que a educação ocupasse um espaço pequeno na Universidade Rural, espaço este que vem sendo ampliado, gradativamente, pelo esforço de um pequeno grupo que reconhece a necessidade dos cursos de formação de professores naquela localidade e, além disso, acredita que esta ampliação no interior da Instituição, pode contribuir para a melhoria e o fortalecimento do trabalho político-pedagógico nos demais cursos de graduação e pós-graduação da Universidade. Como consequência deste esforço, a UFRRJ, que já oferece 7 cursos de licenciatura, contará, para o ano 2001, com mais um — o de História — que será oferecido no horário noturno. Também no ensino de pós-graduação, a educação se faz presente em todos

os cursos, com o oferecimento da disciplina Metodologia do Ensino Superior, que tem por objetivo a formação de professores para o ensino superior.

Atualmente a Universidade Rural oferece os cursos de licenciatura em Biologia, Ciências Agrícolas, Economia Doméstica, Educação Física, Matemática, Física e Química, todos em horário integral (manhã/tarde). Este ano, sensível à demanda para o horário noturno, foi aberta uma turma do curso de licenciatura em Química, para este horário, além da aprovação do curso de licenciatura em História para o próximo ano, conforme já mencionado. Diferentemente de outras instituições de ensino superior, a UFRRJ está dividida em 9 Institutos que funcionam como *Unidades Universitárias*. São eles os Institutos de: Agronomia; Biologia; Ciências Exatas; Ciências Humanas e Sociais; Educação; Florestas; Tecnologia; Veterinária e Zootecnia. Os cursos de licenciatura estão vinculados a estas Unidades. Os de Ciências Agrícolas e Educação Física estão ligados ao Instituto de Educação. Os de Matemática, Física e Química, ao Instituto de Ciências Exatas. O de Biologia, ao Instituto de Biologia e o de Economia Doméstica, ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais. As disciplinas pedagógicas das 7 licenciaturas são de responsabilidade do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino, do Instituto de Educação.

2.1. A Licenciatura em Ciências Agrícolas

O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas foi criado em 1963 como Escola de Educação Técnica, e teve como um de seus principais objetivos oferecer, na Universidade Rural, um curso "especial" de Educação Técnica que possibilitasse "a formalização da carreira de professores do magistério da educação tecnológica" (Oliveira, 1998, p. 1).

Na década de 70, devido à expansão e revitalização do ensino técnico agrícola e da profissionalização do magistério em todos os níveis e ramos do ensino, a licenciatura em Ciências Agrícolas aumentou a sua importância no interior da Universidade e, nesta época, já vinculada ao Instituto de Educação, teve o seu currículo diretamente influenciado pela área de conhecimentos pedagógicos daquela Unidade Acadêmica. Sua primeira experiência regular e institucionalizada, decorrente da crescente demanda por cursos novos na área de ciências agrárias, teve uma tendência pedagógica claramente tecnicista. No final dos anos 80 essa tendência começa a ser questionada, o que originou, em 1987, a constituição de uma Comissão de Estudo e Reformulação Curricular. Os trabalhos dessa Comissão redimensionaram o perfil de formação profissional do curso, "que na atualidade se defronta não só com os requisitos dos movimentos sociais e ambientalistas, mas também se defronta com as disputas de paradigmas científicos e interpretativos do conhecimento e da realidade social da profissão" (op. cit., p. 4).

As últimas adaptações foram feitas em 1996/97, quando foi ampliada a Prática de Ensino e institucionalizado o Estágio Supervisionado, numa nítida intenção de associar, cada vez mais, a teoria à prática. A duração mínima do curso é de 4 anos, num total de 208 créditos em 3.120 horas. Os alunos são, em sua

esmagadora maioria, de origem rural. O campo de atuação desses profissionais abrange: escolas agrotécnicas, escolas agrícolas, e escolas não profissionalizantes que ofereçam disciplinas de formação especial na área agrícola. Além disso atuam, também, em fazendas; instituições de ensino superior; instituições de pesquisa; secretarias de agricultura, planejamento, meio ambiente e assuntos fundiários; e extensão rural. (UFRRJ, 1999). São oferecidas para este curso 60 vagas por ano, 30 para ingresso em cada semestre.

2.2. A Licenciatura em Economia Doméstica

O Curso de Licenciatura em Economia Doméstica da UFRRJ, foi criado em 1963, como Escola de Educação Familiar. Em 1992 foi criado o bacharelado e, desde então, a licenciatura e o bacharelado dividem um elenco comum de disciplinas, propiciando à maioria dos alunos, ao final do curso, desde que cumpridos os créditos exigidos, os dois títulos. Para a licenciatura são necessários 198 créditos, que perfazem 2.970 horas e para o bacharelado 206 créditos, num total de 3.090 horas que são integralizados, no mínimo em 4 anos. Aqueles que optam por lecionar e desempenhar funções técnicas, geralmente o fazem em cerca de 5 anos. O curso, nas duas modalidades, tem por objetivo "integrar os conhecimentos existentes em suas áreas de atuação — Habitação; Vestuário; Alimentação; Saúde; Orientação e Proteção do Consumidor; e Desenvolvimento Humano — para que promovam a qualidade de vida, a partir da otimização dos recursos utilizáveis e disponíveis em cada ambiente de trabalho" (NIEDEF/UFRRJ, 1999). O licenciado em Economia Doméstica exerce o magistério em escolas do ensino fundamental, médio e superior, lecionando disciplinas específicas de sua formação. O campo de atuação no ensino superior também é assegurado uma vez que funcionam, atualmente, em todo o país, 15 cursos de Economia Doméstica em universidades públicas e 3 em particulares (op. cit., p. 1). Estes profissionais ainda estão aptos a trabalhar em: hospitais e creches; instituições de pesquisa em qualidade de vida, população e desenvolvimento; ministérios e secretarias de agricultura, educação e bem-estar social; órgãos de assistência técnica e extensão rural; Organizações não Governamentais (ONGs); indústrias alimentícias; e, também, como profissionais autônomos. A Universidade Rural oferece 60 vagas/ano para este curso, incluindo licenciatura e bacharelado.

2.3. A Licenciatura em Ciências Biológicas

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas foi criado em 1968. Ele está ligado ao Instituto de Biologia, onde funciona juntamente com dois cursos de Bacharelado: em Biologia Animal e em Ecologia. A estrutura acadêmica propicia à maioria dos alunos a integralização de créditos da licenciatura e de um dos cursos de bacharelado. Isso acontece em virtude de haver um tronco comum até o 5º período e, posteriormente, disciplinas comuns à licenciatura e a um dos bacharelados. O total de créditos e carga horária da licenciatura é de 176 com 2.640 horas e a duração mínima é de 3 anos e meio. O campo de atuação dos licenciados é especificamente, as escolas do ensino fundamental

e médio. No ensino médio exercem o magistério de Biologia e no ensino fundamental atuam como professores de Ciências. Para isso têm em sua formação, além da Didática e Prática de Biologia, a Didática e a Prática de Ensino de Ciências, que são obrigatórias para os licenciandos em Biologia. O Curso foi reestruturado em 1992 e sofreu reformulações em 1997, quando teve o seu currículo pleno aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade. A Universidade oferece 50 vagas/ano para o Curso de Biologia, incluindo licenciatura e bacharelado. A quase totalidade desses alunos cursa a licenciatura.

2.4. A Licenciatura em Química

O Curso de Licenciatura em Química foi criado em 1968 e, a partir de 1986, passou a ser uma modalidade do Curso de Graduação em Química. A outra modalidade é a Química Industrial, que se iniciou em 1994. A licenciatura foi reestruturada em 1997, com algumas diretrizes diferenciadas dos demais cursos da UFRRJ. Ao ingressar no 5º período, o aluno deverá matricular-se em disciplinas de uma das seqüências curriculares da parte diversificada (modalidade licenciatura ou bacharelado). É vetada a matrícula em disciplinas obrigatórias de outra modalidade, para atender a complementação curricular. Assim, os créditos optativos deverão ser escolhidos dentro do elenco de disciplinas optativas de cada Curso. Isso dificulta uma formação concomitante, em licenciatura e bacharelado. A carga horária para integralização de cada um dos cursos é de 3.240 horas, distribuídos em 216 créditos, cumpridos, no mínimo, em 3 anos e meio. O campo de atuação do licenciado em Química é, basicamente, as escolas de nível médio, apesar de poder atuar, também, nas de ensino fundamental. Para capacitá-lo a atuar como professor de Ciências de 5ª à 8ª série do ensino fundamental, fazem parte da grade curricular, como disciplinas optativas deste curso, a Didática e a Prática de Ensino de Ciências.

É exigido aos licenciandos um Trabalho Individual de Graduação (TIG), como requisito parcial para a obtenção de grau, que deverá ser desenvolvido de acordo com a modalidade escolhida, em forma de monografia. Essa monografia, equivale a 225 horas (15 créditos). A Universidade Rural oferece 60 vagas/ano para o Curso de Química.

2.5. A Licenciatura em Educação Física

Criado em 1974, a Licenciatura em Educação Física é a maior da UFRRJ. No último vestibular inscreveram-se 1.176 candidatos para disputar as 120 vagas oferecidas pela Instituição, o que faz deste curso um dos mais disputados da Universidade Rural. A integralização se faz através de 198 créditos que perfazem um total de 2.970 horas, com a duração mínima de 4 anos. O campo de atuação do licenciado em Educação Física da Universidade Rural inclui as escolas do ensino fundamental e médio, as academias de ginástica, clubes, centros de recreação, condomínios e centros de treinamento. Além disso, está em grande expansão a atuação como profissional autônomo, em aulas particulares. Dentre as suas atribuições, inclui-se, além do magistério nas

escolas de ensino fundamental e médio, a preparação de equipes para torneios; o planejamento e promoção de atividades esportivas; e a arbitragem de competições esportivas escolares.

2.6. A Licenciatura em Matemática

O Curso de Licenciatura em Matemática foi criado em 1975, e a última reestruturação do curso foi feita em 1992. Ele é ligado ao Instituto de Ciências Exatas / Departamento de Matemática, que também oferece os cursos de Bacharelado em Matemática e Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional. A Licenciatura é composta por 158 créditos, num total de 2.370 horas, que podem ser integralizados, no mínimo, em 3 anos e meio. A maioria dos alunos opta por cursá-la junto com o bacharelado, já que até o final do 5º período há um tronco comum de disciplinas, com pequena diferenciação. Entretanto, a partir do 6º período, a opção se torna marcante, apesar das disciplinas pedagógicas já estarem inseridas na grade curricular desde o 5º período. O licenciado em Matemática apresenta, obrigatoriamente, uma monografia de final de curso. O principal campo de atuação do licenciado em Matemática é o exercício do magistério nas instituições de ensino fundamental e médio. Eles ainda podem se formar, como professores de Desenho Geométrico, uma vez que são oferecidas as disciplinas optativas de Didática e Prática de Ensino de Desenho Geométrico.

De todos os cursos de licenciatura da Rural, este foi o único que já participou da avaliação do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Nesta avaliação obteve conceito máximo (A), tendo sido destacada a excelente integração com a educação, no caso com o Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino e o de Psicologia e Orientação, vinculados ao Instituto de Educação. O principal problema do curso, apresentado pelo MEC, é o grande número de professores substitutos — cerca de 20% — com baixíssimos salários. Um professor substituto com Mestrado, trabalhando 40 horas semanais, recebe um salário de, aproximadamente, R\$ 450,00 (US\$ 240,00). Infelizmente a universidade não tem autonomia para resolver este problema, que só poderá ser sanado pelo Governo Federal, ironicamente o mesmo Governo que o apontou, através do seu Ministério da Educação. A Universidade Rural oferece 60 vagas por ano para o curso de Matemática, incluindo licenciatura e bacharelados.

2.7. A Licenciatura em Física

O Curso de Licenciatura em Física foi criado em 1979, e a sua última reestruturação foi feita em 1992. A integralização é feita com 168 créditos, numa carga horária de 2.520 horas, que pode ser cumprida, no mínimo, em 3 anos e meio. O principal campo de atuação do licenciado em Física, é a escola de nível médio, onde vai exercer o magistério. Além disso, também pode atuar como professor de Ciências, no ensino fundamental. Para exercer esta atribuição, a Instituição oferece, como disciplinas optativas a Didática e a

Prática de Ensino de Ciências. São oferecidas, anualmente, 60 vagas para este curso.

3. Origem dos Alunos dos Cursos de Licenciatura

Com a dimensão nacional do seu vestibular, instalando postos de inscrição e de exames em vários estados do Brasil, a UFRRJ atrai estudantes das mais diferentes regiões do país. A esses, somam-se aqueles que vêm de fora do Brasil, fruto dos mais diversos convênios, com diferentes países. A diversidade cultural ajuda a compor um universo próprio, que propicia ao estudante e a todos aqueles que trabalham no interior da Universidade, o convívio diário com outras culturas. Esse é um conhecimento "a mais" que é adquirido gradativamente, ampliando horizontes, compartilhando sonhos e dividindo conquistas, nesta "cidade universitária", onde os cursos são, em sua grande maioria, em turno integral, propiciando um convívio mais intenso entre os estudantes. Os alojamentos, 6 masculinos e 4 femininos, com capacidade para 1.500 alunos, não são suficientes para todos e, por isso, muitos moram na cidade de Seropédica, em casas alugadas.

Tanto para a distribuição desses alojamentos como para subsidiar a elaboração de propostas pedagógicas, os estudantes preenchem questionários que buscam levantar dados relevantes para o planejamento, controle e avaliação dos trabalhos desenvolvidos na Instituição. Eles geraram os quadros expostos a seguir, elaborados com base nas informações dos candidatos inscritos, em cada curso, para o vestibular do ano 2.000.

Quadro I

Origem escolar particular x pública dos candidatos em cada curso

| CURSOS | ORIGEM ESCOLAR | | |
|--------------------|----------------|---------|-----------|
| | Particular | Pública | Não Resp. |
| Economia Doméstica | 73 | 129 | 1 |
| Educação Física | 633 | 536 | 8 |
| Ciências Agrícolas | 73 | 207 | 2 |
| Matemática | 171 | 200 | 2 |
| Física | 91 | 90 | 1 |

| | | | |
|--------------|------|------|----|
| Química | 112 | 51 | 3 |
| Biologia | 425 | 324 | 4 |
| TOTAL | 1578 | 1537 | 21 |

Fonte: Comissão de Concursos de Seleção/UFRRJ.

Quadro II

Renda mensal familiar em Salários Mínimos Nacionais dos candidatos em cada curso

| CURSOS | RENDA MENSAL (Sal. Mínimos) | | | | |
|--------------------|-----------------------------|----------|-----------|------------|-----------|
| | 0 até 5 | 6 até 10 | 11 até 20 | mais de 20 | Não Resp. |
| Economia Doméstica | 131 | 48 | 14 | 8 | 2 |
| Educação Física | 523 | 414 | 168 | 59 | 13 |
| Ciências Agrícolas | 196 | 51 | 17 | 10 | 8 |
| Matemática | 200 | 117 | 43 | 10 | 2 |
| Física | 80 | 65 | 24 | 11 | 2 |
| Química | 56 | 58 | 37 | 11 | 4 |
| Biologia | 296 | 264 | 124 | 64 | 5 |
| TOTAL | 1482 | 1017 | 427 | 173 | 36 |

Fonte: Comissão de Concursos de Seleção/UFRRJ.

O Quadro I nos informa que, no cômputo geral, há um equilíbrio entre o número de candidatos provenientes de escolas públicas e particulares. Esse equilíbrio

acaba se mantendo entre os aprovados nos diferentes cursos. Entretanto, numa análise individual, por curso, percebe-se claramente que nas licenciaturas em Economia Doméstica e Ciências Agrícolas o número de alunos oriundos de escolas públicas é muito maior do que aqueles que pagaram os seus estudos no nível médio. Já o curso de Química apresenta o inverso, é bem maior o número dos egressos de escolas particulares.

O Quadro II vai demonstrar que o número de candidatos inscritos cuja família tem uma renda mensal de até 10 Salários Mínimos, corresponde a quase 80% do total (79,71%) e destes, aproximadamente 60% (59,30%), sobrevivem com uma renda mensal mínima de 0 a 5 Salários Mínimos.

Como os alunos que cursam as licenciaturas costumam ser os de menor renda familiar, esses percentuais tendem a se manter, contrapondo-se, portanto, à informação divulgada pela mídia que nas universidades públicas os alunos, em sua maioria, são oriundos das classes média e alta da população brasileira. Os de menor poder aquisitivo cursam Economia Doméstica e Ciências Agrícolas que, não por acaso, são aqueles provenientes, em maior número, de escolas públicas.

A busca de novos caminhos ...

Os professores do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE), do Instituto de Educação da UFRRJ, responsáveis pelas disciplinas pedagógicas de todos os cursos de licenciatura da Universidade, têm, ultimamente, criado oportunidades para discutir questões que contemplam a formação do professor. Nos últimos meses essas discussões têm sido mais sistemáticas, com o objetivo precípuo de criar um Fórum de Licenciatura no interior da Universidade Rural, que trate das questões referentes a esses cursos. A princípio foram convidados somente os coordenadores de curso, em seguida foram envolvidos outros professores e alguns alunos. Isso fez com que as questões levantadas e discutidas fossem ampliadas e enriquecidas pelas diferentes visões, e tomassem rumos que podem vir a ser decisivos para o crescimento e a valorização da educação como um todo, no interior da UFRRJ. Elas apontam para o estabelecimento de princípios comuns a todas as licenciaturas e para o enriquecimento dos pressupostos político-pedagógicos que vão nortear o trabalho, propiciando uma maior uniformidade entre os diferentes cursos.

Dentre os temas que já geraram reflexões e posicionamentos do grupo, alguns já podem ser destacados. O primeiro deles refere-se aos princípios que devem nortear a formação do professor. Para deflagrar as discussões foram apresentados aqueles já definidos pela Associação Nacional de Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE, 1998), que após amplos debates, foram incorporados como princípios da formação que irão embasar todas as discussões futuras na UFRRJ. São eles: a) valorização do trabalho pedagógico como base de formação do profissional da educação; b) sólida formação

teórica; c) espaço para pesquisa como forma de conhecimento e intervenção na realidade escolar; d) condições para o trabalho coletivo; e) trabalho interdisciplinar; f) relação de unidade entre a teoria e a prática; e g) formação continuada.

Orientados por esses princípios, os cursos de licenciatura poderão ser reestruturados de forma sintonizada com as mudanças sociais, proporcionando aos estudantes a compreensão das complexidades do mundo do trabalho e das contradições geradas na prática social, através da ampliação da visão política do trabalho do educador. Para isso, tem sido alvo de discussão a política educacional dos governos Fernando Henrique (1º e 2º mandatos) que, principalmente desde a homologação da nova LDB (Lei nº 9.394/96), vem interferindo diretamente nos cursos de licenciatura já existentes nas universidades públicas. Especificamente nos cursos de licenciatura da Universidade Rural, algumas delas já podem ser destacadas.

Apesar da riqueza e diversidade do currículo, a licenciatura em Economia Doméstica encontra-se ameaçada pelas últimas medidas governamentais. A área de Formação Especial que abrangia Ciências Agrícolas, Educação para o Lar, Artes Industriais e Técnicas Agrícolas, foi extinta. Em seu lugar foi criada a área de Educação pelo Trabalho que fragmentou o conteúdo de Economia Doméstica. Ele foi diluído de tal forma dentro dos "temas transversais" dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que acabou colocando em risco a identidade do curso e do professor de Economia Doméstica. O Município do Rio de Janeiro não tem perspectiva de abrir concurso na área de Educação para o Lar, restringindo muito o campo de trabalho desses licenciados. As próprias atividades da Prática de Ensino para o ensino fundamental e para o ensino médio que integram o currículo do curso de licenciatura, estão encontrando dificuldades de operacionalização, frente ao fechamento ou transformação das salas onde anteriormente funcionava a Educação para o Lar, quer por falta de professores concursados, ou porque essas salas necessitam de equipamentos específicos e suprimentos financeiros, a fim de que os projetos na área possam ser desenvolvidos. Nas Escolas Técnicas os conteúdos foram modularizados para atender determinações legais, não existindo mais o curso técnico em Economia Doméstica que era desenvolvido em 3 anos. Desta forma, também o campo de trabalho nas escolas técnicas vai ficando cada vez mais restrito, com a drástica redução no número de professores.

Em face das dificuldades apresentadas, os professores e os alunos do Curso de Economia Doméstica da UFRRJ têm se reunido e apresentado sugestões para o enfrentamento do problema. Dentre outras, podemos citar a ampliação do enfoque centrado somente na família, para as questões mais abrangentes do trabalho, isto é, para as diferentes instituições onde o trabalho desse profissional possa ser desenvolvido, como por exemplo hotéis, restaurantes, etc. O próprio nome *Economia Doméstica* está sendo questionado, por propiciar uma idéia errada da profissão, ocasionando uma entrada maior de estudantes do sexo feminino e até uma visão preconceituosa do curso.

Mudanças são necessárias, mas a riqueza e diversidade do currículo de Economia Doméstica é tão grande que acreditamos que as dificuldades atuais possam ser superadas, e estamos lutando para que isso aconteça.

Em relação ao Curso de Licenciatura em Educação Física, uma das grandes ameaças é a criação de cursos seqüenciais e dos cursos tecnológicos na área, que estão gerando um mercado de trabalho corporativo e paralelo. Os profissionais formados por esses cursos aligeirados já assumem como "professores" em alguns locais, como, por exemplo, clubes e academias, fazendo com que os licenciados temam que, em breve, eles possam atuar, também, nas escolas, ocupando o campo de trabalho daqueles que possuem, realmente, a formação abrangente do professor. Mas, apesar de já estar efetivamente prejudicando o mercado de trabalho dos licenciados em Educação Física, os Cursos Seqüenciais por Campo do Saber representam uma ameaça a todas as demais licenciaturas da Universidade Rural e das outras instituições de ensino superior do país, uma vez que podem conferir diploma de curso superior com uma carga horária de 1600 horas, e não precisam cumprir as exigências obrigatórias para os cursos de graduação. Tanto a facilidade para a abertura dos cursos, como o tempo reduzido de formação, têm feito proliferar esta nova modalidade de ensino, principalmente na rede privada. Na rede pública essa proliferação está se dando em virtude desses cursos serem pagos e representarem para muitos professores a complementação de seus salários extremamente defasados. Infelizmente esses docentes não percebem que isso representa a privatização interna das universidades em que atuam, e que a luta por melhores salários é uma luta política que deve ser desenvolvida em conjunto com toda a categoria e estar vinculada ao projeto maior de universidade pública, gratuita e de qualidade.

Além das já citadas, ainda pode ser destacada como mais uma medida preocupante a criação dos Institutos Superiores de Educação, que transfere para uma nova instituição de ensino a formação de professores de todos os níveis e, ainda, confere aos portadores de qualquer diploma de nível superior o título de professor, mediante uma complementação pedagógica, que pode ser feita "em serviço". Diante de tantas ameaças, até a UFRRJ já cogitou, há algum tempo atrás, criar um Instituto Superior de Educação numa tentativa de fortalecer os seus cursos de licenciatura. Depois de ampla discussão essa proposta foi rejeitada por se considerar que "o sistema universitário brasileiro não precisa criar uma nova instituição para alcançar os objetivos de proporcionar formação inicial, complementar e continuada aos professores da educação básica" (Otranto, 1999, p. 78). As conclusões do grupo caminharam na direção de enfatizar a necessidade de apoio e valorização das unidades já existentes e de reafirmar o papel da universidade como *locus* de formação do educador (op. cit. p. 76).

Cabe destacar, ainda, as dificuldades oriundas das políticas públicas que reduzem drasticamente as verbas para as universidades públicas, tornando difícil e, atualmente, quase impossível, manter o funcionamento digno dessas instituições. Também os baixos salários e a inexistência de uma política de

valorização profissional do professor, vem ocasionando o desalento e a desagregação daqueles que exercem essa profissão, a ponto de colocar em dúvida a própria existência da profissão de professor.

As discussões ocorridas na Universidade Rural acabaram abordando esse assunto, e a regulamentação da profissão tem permeado os últimos debates. Embasados em documentos da ANFOPE e em outros que seguem a mesma linha de pensamento, começamos a analisar qual seria o processo regulador do exercício profissional do professor. Assim, além da formação, passamos a privilegiar em nossas discussões o exercício da profissão e como ele deveria ser regulado. Partimos do princípio já delineado em Veiga & Araujo (1999) que ele precisa ser "regulado por um conjunto de normas e valores éticos que devem reger as relações internas e externas do trabalho pedagógico". Esse conjunto de normas precisaria, então, estar ligado a um órgão que estabelecesse legalmente as diretrizes e velasse pela observância das mesmas em todo o território nacional. Isso levaria, portanto, à criação de um Conselho Profissional que evitaria transformar a profissão de professor em um "bico" para profissionais desempregados ou mal sucedidos em suas áreas de formação.

Desta forma, os caminhos que a UFRRJ está buscando para reformular e fortalecer os seus cursos de licenciatura recaem na melhoria da formação, através de uma base sócio-político-pedagógica comum aos diferentes cursos, e na luta conjunta pela regulamentação da profissão de professor. Acreditamos que somente desta forma estaremos fortalecidos para influenciar políticas públicas mais condizentes com a nossa concepção de educação e de sociedade.

Referências Bibliográficas

Associação Nacional de Formação dos Profissionais de Educação – ANFOPE, *Boletim ANFOPE*. Campinas, SP, Ano IV, nº 7, abril de 1998.

FRÓES, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica*. Itaguaí, Seropédica: EDUR/UFRRJ, 2000.

NIEDEF/UFRRJ. *Economia Doméstica*. Núcleo Interdisciplinar da Economia Doméstica e Ensino Fundamental. UFRRJ, ICHS, Departamento de Economia Doméstica, 1999.

OLIVEIRA, Lia Maria Texeira. *A Licenciatura em Ciências Agrícolas: perfil e contextualização*. Rio de Janeiro: CPDA/ICHS/UFRRJ, 1998 (Dissertação de Mestrado).

OTRANTO, Celia Regina. A Universidade Rural e a discussão sobre os Institutos Superiores de Educação. In: SOUZA, Donaldo Bello e CARINO, Jonaedson. *Pedagogo ou Professor? O processo de reestruturação dos cursos de educação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999, p. 69-79.

UFRRJ. *Revista Rumos*. Comissão de Concursos de Seleção, 1999.

VEIGA, Ilma P. A. e Araujo, J. C. S. *Regulamentação da Profissão: criação de Conselho da Profissão Magistério*. In: *Boletim ANFOPE*, Campinas, SP, Ano IV, nº 8, set. 1998, p. 2-6.